

**INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E LETRAS**

LUCIENE SILVA DE OLIVEIRA

ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. ISSO É POSSÍVEL?

**BARÃO DE COCAIS
2014**

**INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E LETRAS**

LUCIENE SILVA DE OLIVEIRA

ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. ISSO É POSSÍVEL?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto IBE e a Faculdade de Educação da FACEL. como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Supervisão Escolar.

Barão de Cocais
2014

ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. ISSO É POSSÍVEL?

Luciene Silva de Oliveira¹

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo compartilhar um pouco sobre as experiências vivenciadas com o projeto oferecido pelo Governo Federal. É importante considerar a existência de alguns princípios gerais para que o trabalho docente seja orientado adequadamente pelo pedagogo cuja circunstância implica em diversos fatores sociais que deixam de levar em consideração a estruturação dos alunos assim como também o fato de que nem sempre os mesmos estão preparados para enfrentar essa progressão continuada imposta no ensino dos anos iniciais escolar. Portanto, este artigo foi elaborado com a finalidade de pontuar sobre a importância de se alinhar a prática docente com a intervenção do pedagogo no cotidiano da sala de aula. Vale ressaltar que este trabalho foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica, fundamentado pelo Material Didático do curso de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC disponibilizado pelo Governo Federal, definida como uma ação inédita do Ministério da Educação em parceria com as demais esferas do governo: estadual e municipal tendo como meta assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças até aos 8 anos de idade. À vista desta questão tão permeada de controvérsia fica a indagação: Alfabetização na Idade Certa, até que ponto na prática pedagógica isso é possível?

Palavras- Chave: aluno, alfabetização, intervenção, pedagogo, aprendizagem.

Introdução

A intervenção do Supervisor Escolar dentro de uma perspectiva dinâmica e reflexiva é imprescindível no processo de ensino – aprendizagem. O Supervisor é um especialista que não deve limitar - se apenas ao monitoramento da prática docente, pois, de acordo com a nova proposta do governo federal, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que vem sendo introduzido nas redes municipais de ensino gradativamente desde o ano de 2012 tem como alvo principal pré - estabelecer um tempo para que ocorra a alfabetização no tempo certo por meio de cursos de capacitação destinados aos professores que compõem o quadro do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental).

¹Graduada em Licenciatura em Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental, pela Universidade Federal de Ouro Preto. Especialista em Supervisão Escolar pelo IBE. Atua como Professora Map I na rede Municipal de Barão de Cocais. lulusilvadeoliveira@hotmail.com.

Sendo assim, através dos cursos oferecidos às redes municipais de ensino com a participação articulada do governo federal, e dos governos estaduais e municipais, toda escola precisa ter como finalidade alcançar a meta prioritária para que a alfabetização seja alcançada: toda criança lendo e escrevendo até os oito anos de idade indo de encontro ao direito à alfabetização e ao acesso à diversidade cultural da escrita no período de ensino em ciclos que consiste na progressão continuada, isto é, nesse sistema a aprendizagem do aluno acontece sem interrupção do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, devendo ser submetido à uma avaliação contínua e processual, permitindo ao Supervisor Escolar juntamente com o professor acompanhar e desenvolver e diagnosticar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pela criança, e a partir do momento em que for detectados os problemas de aprendizagem é necessário que ambos, supervisor e professor sejam capazes de intervir imediatamente com estratégias metodológicas adequadas, objetivando assegurar os direitos de aprendizagens básicas.

Segundo Cabral (2010) o supervisor escolar deve estar atento ao movimento social e evolutivo que a escola está inserida, pois, seu trabalho precisa alcançar situações cada vez mais abrangentes, e para que isso aconteça é essencial que haja uma sincronia entre “ele” enquanto especialista pedagógico e cada professor no sentido de que se tornem uma dupla imbatível no domínio dos conteúdos a serem ministrados no ciclo da alfabetização, para tanto, é preciso definir o que é para ser ensinado ao aluno de acordo com sua fase de idade, uma vez que aprender dentro de um período estabelecido (até aos oito anos) é de suma importância porque aprender nesse caso, significa garantir a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita e ao mesmo tempo a consolidação de saberes fundamentais das áreas e elementos curriculares desse processo de adequação pertinentes à alfabetização em concordância com a Matriz Curricular do Ciclo de Alfabetização.

Vistas disso que na atualidade o especialista em Supervisão Escolar distingue-se por ser um aliado do professor em sua prática docente atuando como um parceiro do dia -a -dia em sala de aula e ao mesmo tempo sendo capaz de exercer atividades pedagógicas através de intervenções organizadas de maneira que possa executar os direitos de aprendizagens tão difundidos pelo governo nos últimos dois anos e previstos na resolução SEE/MG2197/12.

Em retomada as questões relacionadas ao desenvolvimento pedagógico concernente à alfabetização na idade certa, se faz mister considerar o fato de que a escola não é a única esfera

dentro da sociedade em que o ensino acontece, a partir daí, é necessário observar atentamente o tempo de aprendizagem dos estudantes, ou seja, é preciso organizar e planejar a logística do tempo escolar uma vez que se de um lado alfabetizar o aluno na maioria das vezes é considerada uma tarefa complexa devido às peculiaridades de cada um, enquanto ser social, de outro, o processo de aprendizagem exige uma diversidade de estratégias por parte da supervisão escolar, no decorrer do acompanhamento do trabalho de cada docente, tendo em vista oportunizar condições que possa favorecer ao aluno até mesmo o direito de errar e de buscar fazer novas descobertas através de intervenções pedagógicas individuais e contínuas.

Entende-se que, de acordo com o tema abordado, parte-se do princípio de que toda criança tem o direito de ser alfabetizada até os oito anos de idade apregoando-se a ideia do currículo inclusivo. No entanto, segundo Cabral (2010), a grade curricular é paradoxal, pois, cada professor na maioria das vezes constrói e apresenta para supervisão escolar documentos oficiais curriculares que nem sempre vão de encontro às necessidades da turma, tendo que na prática diária desenvolver conteúdos interdisciplinares que de fato sejam capazes de atender as reais necessidades da turma. Portanto, precisa haver construções coletivas constantes entre supervisão escolar juntamente com cada professor e conseqüentemente cada turma. Outro ponto que obrigatoriamente precisa ser enfrentado pelo supervisor escolar é a clareza quanto aos objetivos norteadores dos direitos de aprendizagem. Em função disso, o supervisor na posição de especialista precisa entender a base que ancora os elementos metodológicos da alfabetização dentro da nova perspectiva do letramento.

Para tanto, o supervisor tem a necessidade de adquirir e saber repassar aos professores conhecimentos referentes ao currículo no Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, assim como a estruturação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento no eixo de leitura, pois, somente a leitura fluente por parte do aluno permite a compreensão do contexto do texto em si. Tais afirmações reforçam a ideia de que o supervisor escolar ao direcionar o processo de ensino – aprendizagem juntamente com cada professor precisa adquirir o hábito de estar sempre revendo o referencial curricular para que as modalidades organizativas sejam desenvolvidas através de didáticas metodológicas diversificadas tais como: atividade habitual que são aquelas desenvolvidas todos os dias pelo professor com a finalidade de proporcionar um trabalho frequente e organizado. Projetos do qual representam uma modalidade que conduz a turma à pesquisa de um determinado tema. Existem também a modalidade de sequência didática que pressupõem atividades didáticas organizadas em sequência dentro de um determinado período e

associado a um tema que estiver em evidencia. E por fim, é importante retratar sobre a modalidade que se refere à atividades de sistematização, que tem por finalidade ajudarem os alunos no processo de fixação dos conteúdos (CABRAL, 2010).

O próximo passo, ferramenta imprescindível no trabalho do especialista em supervisão escolar, refere-se ao fato de que o mesmo, precisa refletir junto com os professores quanto aos critérios mais apropriados de avaliação, ou seja, a equipe pedagógica precisa fazer um diagnóstico avaliativo a cada período do ciclo de alfabetização para que os avanços na aprendizagem de cada aluno fique registrado e possa ser analisado sempre que se fizer necessário no decorrer do seu desempenho escolar.

Vale ressaltar que o supervisor precisa ter uma definição coletiva do que se espera quanto aos direitos de aprendizagem de desenvolvimento da turma, assim como de cada criança em sua particularidade em cada fase do ciclo de alfabetização, pois, de um lado sabe-se que toda criança tem competência, todavia, nos casos em que a criança não aprende nem sempre é possível associar apenas ao fato de que a escola não está conseguindo ensinar, já que os pais, assim como os responsáveis também precisam assumir um compromisso de acompanhamento e responsabilidade no sentido de verificar, em parceria com a escola, até que ponto o aluno (o filho) está conseguindo compreender os conteúdos.

Do outro lado, é notório em toda sociedade que o foco da educação deve ser ensinar o aluno a aprender, porém, na contemporaneidade, identifica-se uma ausência significativa dos pais no cotidiano escolar, há casos em que os alunos são totalmente desassistidos em sua trajetória escolar, do qual é denominado como abandono intelectual, outro fator social está relacionado ao grande índice de desagregação familiar, ou seja, na nova sociedade deixou de existir um modelo padronizado de família, dentro de uma turma é possível identificar várias formas de constituição familiar e todos esse casos acabam interferindo no desempenho psicopedagógico e portanto, no processo de ensino- aprendizagem da criança.

A partir dessa reflexão, segundo Cabral (2010), outro fator que precisa ser pontuado e que produz interferência do desempenho escolar do aluno está na utopia de que a educação está melhorando devido ao surgimento de mais vagas, facilidades na aquisição de uniformes, inclusive já está se tornando cada vez mais comum órgãos públicos municipais oferecerem aos alunos um kit completo de uniformes e materiais didáticos, gerando uma economia orçamentaria significativa para as famílias logo no início do ano letivo, qualidade na merenda escolar, dentre outros benefícios. Entretanto, apenas isso não é suficiente para proporcionar melhorias no ensino. Deste modo, a garantia dos direitos de aprendizagem estão correlacionados ao

investimento e desenvolvimento de políticas públicas mais consistentes e contínuas, fora disso a alfabetização na idade certa não tem com abranger todas as crianças no tempo pré – estabelecido pelo governo federal (LEAL, 2010).

Diante desse cenário, este artigo visa refletir e pontuar acerca da importância de se alinhar a prática docente com a intervenção do pedagogo no cotidiano da sala de aula, a partir do Projeto Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Desenvolvimento

De acordo com Leal (2010) ter conhecimento sobre as inúmeras dificuldades e desafios a serem superados na área de ensino é de grande relevância no desenvolvimento do trabalho do supervisor escolar a fim de se evitar utopias e ao mesmo tempo dedicar – se a favor de conseguir avanços importantes para a qualidade de alfabetização na idade certa (oito anos) proposta pelo governo. A partir daí ensina a atuação desse profissional como um articulador da qualidade da educação; para tanto esse especialista pedagógico deve ter consciência do seu compromisso por estar à frente de um grupo de educadores se dispondo a coordenar e promover reflexões objetivando construir competências coletivas no ambiente escolar tendo como meta alcançar a qualidade no processo ensino aprendizagem junto ao corpo docente.

O autor salienta que a princípio, dentro dessa nova perspectiva de alfabetização, entende - se que o especialista em supervisão escolar tem como função zelar sobre o ensino de cada criança com a finalidade de garantir a regularidade de seu bom desempenho psicopedagógico, acompanhando, portanto, toda trajetória escolar assim como os objetivos específicos a serem desenvolvidos pela escola. Sendo assim, cabe ao supervisor escolar procurar sempre agir através de uma ação bem fundamentada tendo em vista um trabalho de parceria junto aos professores, com práticas pedagógicas bem planejadas, e, paralelo a tudo isso desenvolver atitudes de acompanhamento e assistência aos docentes nas dificuldades cotidianas procurando sempre nutrir um relacionamento pautado no espírito de colaboração e respeito recíproco.

Diante do exposto, a área de supervisão escolar é um setor imprescindível dentro da escola, especificamente no que se refere ao trabalho docente. Sabe - se que não é tarefa fácil propor aos professores o desenvolvimento de uma prática inovadora no que diz respeito a alfabetização e letramento nos Ciclos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, pois o supervisor nada mais é do que um mediador, que deve saber criar situações de intervenções pedagógicas

entre o saber “fazer e agir” da cada professor de acordo com suas peculiaridades. Consequentemente é preciso que haja um comprometimento por parte do supervisor com sua equipe de trabalho, visto que o mesmo quer queira, quer não, acaba assumindo um papel político, psicopedagógico e ao mesmo tempo de liderança dentro da instituição escolar (LEAL, 2010).

Para se ter qualidade no serviço oferecido à sociedade nessa nova dimensão de alfabetizar letrando, segundo Leal (2010), o supervisor escolar precisa estar preparado para assessorar o trabalho docente através de reuniões em que ambas as partes possam coletivamente definir projetos de pesquisa seja de maneira individual desenvolvido por parte de cada professor, ou em ações conjuntas envolvendo toda escola possibilitando o surgimento de novas mudanças metodológicas no ensino didático valorizando com isso toda estrutura organizacional da escola proporcionando o surgimento de um grupo mais confiante no seu fazer pedagógico e com uma autoestima profissional bem definida.

É importante salientar que de acordo com artigo 78 previsto na resolução SEEMG 2197/12 é dever do supervisor enquanto agente escolar, saber lidar e coordenar o Plano de Intervenção Pedagógica abrangendo professores, funcionários e até mesmo a própria família em ações conjuntas ao aluno ou grupo de aluno que ainda não assimilaram as aprendizagens básicas necessárias por meio de estudos contínuos tendo como objetivo revitalizar o processo de ensino aprendizagem.

No entanto, para que essa nova proposta seja garantida cabe principalmente a cada professor envolvido no Ciclo 1,2º, e 3º ano do Ensino Fundamental saber criar em sala de aula “um ambiente alfabetizador”, o que pressupõem garantir ao aluno o contexto da cultura escrita de maneira intencional e organizada em torno de uma circunstancia favorável, ou seja, cabe a cada professor assegurar oportunidades de interação através de práticas de letramento a cada criança. Para isso é necessário observar alguns critérios relevantes de modo que a alfabetização seja consolidada com eficácia por parte do professor com o apoio paralelo do especialista do setor pedagógico, isto é, do supervisor. O ambiente, alfabetizador é muito abrangente e está sempre relacionada com a equipe de cada escola, todavia, é importante evitar comparações e generalizações entre turmas e até mesmo entre o resultado apresentado uma escola e outra no município e fora dele. Contudo, é preciso pontuar alguns critérios de maior relevância e que inevitavelmente é importante ser desenvolvido e oferecido a cada turma por parte dos discentes envolvidos no Ciclo da Alfabetização do Ensino Fundamental, tais como:

- adequação do material exposto como os livros didáticos, dicionários, atlas, textos que circulam em nossa sociedade, sempre que possível, apresentados em seus suportes originais, etc.
- organização e possibilidades de acesso dos alunos aos murais coletivos, quadro de avisos, jornal da escola, caixa de textos literários podendo ser dentro da sala de aula ou em outro espaço escolar, etc.
- tempo de exposição em sala referentes aos materiais produzidos pela turma ou oferecidos aos alunos e que são expostos em função da dinâmica das atividades tendo como finalidade criar sempre um ambiente alfabetizador.

Em razão de todas essas mudanças no campo da educação percebe-se que o supervisor escolar, além de fazer parte da gestão logística da escola também deve desenvolver estratégias diversificadas de ensino capaz de envolver todos os professores de ciclo de alfabetização assim como de toda comunidade da qual a escola está inserida tendo como propósito a efetivação do plano de intervenção pedagógica através de decisões metodológicas pertinentes à alfabetização incluindo tomadas de posições que vão além da escolha de métodos a serem realizados mas principalmente conseguir alcançar um conjunto que contemple melhorias significativas na rotina da alfabetização tendo como objetivo ampliar as:

- Capacidades e habilidades a serem atingidas pelos alunos de acordo com a matriz de ensino e a matriz curricular;
- organização da sala de aula e de um ambiente alfabetizador;
- definição de atividades e materiais didático-pedagógicos;
- Seleção e escolha mais adequadas das formas de avaliar os alunos.

Todas essas ações precisam estar submetidas a um processo coletivo de reflexão referente aos objetivos e intencionalidades da equipe pedagógica tendo como meta conseguir assegurar um nível de alfabetização com condições de garantir os direitos de aprendizagens ao maior número de alunos possível dentro de cada turma do ciclo da alfabetização evidenciando, assim, os motivos que justificam a importância desse plano de intervenção do governo. No entanto, merece destaque o envolvimento polivalente de todos os funcionários da escola enquanto educadores, da família e principalmente da própria criança na posição de aluno, tendo em vista a culminância de práticas participativas de todas as partes em favor de atividades conjuntas nesse novo sistema processual de alfabetizar letrando.

Partindo de todo pressuposto até aqui abordado eis uma questão a ser refletida: “o que fazer com aquele aluno que não conseguiu consolidar as aprendizagens básicas através das metodologias desenvolvidas no decorrer do ano letivo?” Pois, independente da faixa etária do aluno cada individuo possui um ritmo de aprendizado, entretanto o supervisor escolar precisa estar apto para saber lidar com essas diferenças de aprendizagens e o motivo é simples, visto que o governo de um modo geral não está preocupado se os alunos são oriundos de núcleos familiares bem estruturados, ou desestruturados, ou que apresentam algum tipo de dificuldade na aprendizagem, dentre outros fatores que também influenciam a qualidade da educação. Porquanto, se for parar para refletir é muito séria essa questão de uma educação pautada apenas em estatísticas no qual sabe-se da existência de milhões de alunos matriculados nas escolas públicas mas que na prática não quer dizer que a educação brasileira está bem, prova disso é que a baixa qualidade da educação no Brasil pode ser constatada através do Programa internacional de avaliação de estudantes (Pisa), elaborado pela Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE). Esse resultado mostrou que nosso país ocupa uma das piores posições do ranking, já que entre sessenta e cinco países avaliados, o Brasil ficou em quinquagésimo oitavo lugar.

A sociedade de um modo geral precisa não apenas reconhecer a necessidade mas sobretudo buscar mecanismos para cobrar das autoridades públicas melhorias mais significativas no ensino. As famílias não podem se contentar limitar apenas com a oferta de merendas, uniformes e escolas reformadas, toda sociedade precisa se organizar e pressionar os governantes para que haja mudanças mais significativas na educação brasileira, uma vez que as leis educacionais que tem sido promulgadas nos últimos anos tem sido muito incisivas em suas entrelinhas ao estabelecer condições propicias para promover o avanço do aluno sem se quer, avaliar de forma mais precisa o seu desempenho como pode ser constatado na resolução SEEMG 2197/12 mais especificamente nos artigos 17, 18, 80 e 87. A nação brasileira precisa de um sistema de educação capaz de incentivar o pensamento, pois, é importante nessa nova perspectiva de alfabetização que o supervisor escolar tenha pré disposição para difundir a ideia de que “aprender é mais importante do que apenas se formar”.

Como relata Pinto (2011), outra particularidade que precisa ser refletida e discutida coletivamente no espaço escolar é sobre a questão de se pensar até que ponto os nossos alunos estão preparados para enfrentar a progressão continuada imposta pelo governo no período de três anos, que envolve o ciclo de alfabetização, uma vez que existem casos no qual o aluno “vence” o ciclo de alfabetização sem saber se quer ler e escrever de acordo com o princípio alfabético do

sistema da escrita. Portanto, o sistema de retenção deveria ser revisto justamente por uma comissão de profissionais que de fato atuam na educação e lidam com essa questão tão delicada no final de cada ano letivo visando valorizar a concepção de que apenas concluir o ciclo de alfabetização, já que muitas das vezes não tem sido suficiente para garantir competências muito menos conhecimento dos conteúdos básicos de acordo com a proposta dos direitos de aprendizagem do aluno. Pois, de acordo com a resolução CNE nº 07/2010, mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Todavia, os resultados oficiais tem sido muito distantes do que as leis educacionais tem apregoado, muitas crianças tem sido “empurradas” pelo sistema sem ter adquirido o mínimo de domínio no universo da leitura e da escrita estando totalmente alheios as propostas voltadas para o cumprimento das oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas. Há casos de crianças que são literalmente obrigadas a serem submetidas ao processo de avanço dentro do ciclo sequencial de alfabetização do qual ainda não escrevem se quer o próprio nome, e na maioria das vezes se encontram estagnadas nos níveis conceituais da fase inicial da alfabetização apenas como expectadores do ensino e o que é pior como excelentes copistas, ou seja, escrevem maravilhosamente bem, porém ainda não desenvolveram a consciência fonológica em toda sua plenitude do qual na prática pedagógica representa o primeiro passo para o reconhecimento dos sons dos fonemas de cada sílaba e conseqüentemente a compreensão da leitura com atribuições de sentido e interação entre o leitor e o texto (PINTO, 2011).

O autor afirma ainda que no sistema brasileiro de educação existe uma infinidade de dificuldades que precisam ser analisadas cuidadosamente, dentre elas é essencial examinar a afetividade na relação pedagógica, porque no meio de tantos percalços enfrentados, é importante que o especialista em supervisão se sensibilize para o fato de que a afetividade do aluno se bem direcionada no âmbito escolar, principalmente com seu professor, certamente irá apresentar resultados de aprendizagens mais significativos. É notável, nessa nova perspectiva de aprendizagem, que a inclusão escolar não se restringe apenas a alcançar, isto é, a buscar aqueles alunos que estão fora da escola. Seguindo os princípios básicos do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC) o professor precisa ter mais perspicácia para reconhecer e

valorizar os acertos do aluno no sentido de motiva – lo para que ele queira avançar pelos próprios méritos, incentivando – o a se esforçar mais quanto aos estudos a fim de vencer e portanto, superar os desafios impostos pela alfabetização em sua trajetória estudantil.

O autor complementa que o supervisor em ação conjunta com cada professor precisa buscar estratégias tanto no nível metodológico de ensino, quanto no do relacionamento e desenvolvimento em favor de uma prática pedagógica inclusiva, porque a escola não pode se limitar em preparar o aluno somente para “passar de ano”, todos os profissionais envolvidos no processo de ensino deveria (porque infelizmente na prática não são todos os profissionais do sistema público que assumem esse comprometimento, sendo comum muitas das vezes, os que são compromissados com o bom desempenho do aluno até serem alvos de críticas por agirem corretamente) ter como meta preparar o aluno para saber agir como um cidadão, pois em diversas situações, a criança se sente excluída quando se exige dela resultados imediatos através de tarefas didáticas consideradas difíceis por elas, e até mesmo quando alguns alunos são supervalorizados ou inferiorizados em comparação a outros colegas da turma gerando de tal modo um constrangimento afetivo ao mesmo (PINTO, 2011).

Portanto, é relevante que o supervisor escolar tenha embasamento técnico pedagógico a fim de se evitar situações em que a criança passe por constrangimentos emocionais e se sinta excluída mesmo estando em uma sala de aula dentro da escola, pois seguindo as propostas apresentadas pelo PNAIC em benefício dos direitos de aprendizagem da criança não faz mais sentido que o professor continue focando suas aulas apenas na fixação metodicamente dos conteúdos e na competitividade entre os alunos, na nova perspectiva pedagógica de ensino essa situação precisa ser superada.

O supervisor que realmente almeja trabalhar a favor de uma educação ancorada em alfabetizar letrando simultaneamente, terá que ser categórico no que tange a superação das razões que geram na vida escolar da criança desafios que a impedem, e conseqüentemente excluem seus direitos de aprendizagem, mesmo a criança estando matriculada e frequentando a escola.

Em razão disso, é fundamental para o ensino brasileiro refletir sobre o porque isso acontece, e, um dos motivos estão relacionados a ineficiência de muitos profissionais da educação em não saber, isto é, em não estar preparado para diagnosticar qual, ou quais as possíveis causas de dificuldade que se transformam em empecilho para que a criança adquira conhecimentos e compreenda a natureza alfabética do sistema de escrita de modo coerente podendo se desenvolver em suas habilidades e competências.

Sendo assim, torna-se mais fácil para o educador apenas “rotular” e generalizar a situação do aluno do que investir esforços em querer compreender qual distúrbio de aprendizagem ele apresenta, pois existem vários tipos de problemas que podem interferir e bloquear o desenvolvimento cognitivo do aluno mas devido ao despreparo dos profissionais da educação a questão da ausência de aprendizagem acaba sendo confundida com preguiça, ou até mesmo falta de interesse e motivação por parte do aluno.

Sabe-se que os primeiros ensinamentos na vida da criança provém da família, todavia, a supervisão escolar em consonância com os professores precisam ter conhecimento para saber identificar e refletir sobre os diversos fatores que apresentam interferência e causam dificuldades de aprendizagem para muitas crianças, tais como problemas de dislexia, já que para uma média de cinquenta alunos um ou mais são propensos a serem disléxicos; existem também problemas psicológicos como o autismo, e até mesmo situações de problemas visuais e ou auditivas dentre outros, mas seja qual for a situação de dificuldade apresentada pelo aluno é de suma importância que o professor assuma uma tomada de decisão socializando a questão juntamente com a supervisão escolar a fim de que ambos reunidos saibam como lidar e principalmente vencer essas limitações, além de fazer os encaminhamentos pertinentes à cada situação.

Diante disso, uma vez que o problema de aprendizagem seja identificado, é necessário que através de reuniões a família seja inteirada da situação da criança de maneira clara e objetiva possibilitando que o aluno passe a ter acesso a um acompanhamento multidisciplinar de acordo com sua particularidade, podendo ser com psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, neurologista, dentre outros, consistindo no fato de que este atendimento também pode ser feito por mais de um especialista, em diferentes áreas, desde que esteja em concordância com as reais necessidades peculiares da criança. Portanto, na íntegra é possível acreditar que o ponto de partida do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa parte do pressuposto de um ensino ordenado em preceitos que possam atender a todas as crianças até os oito anos de idade lhes assegurando o direito de serem alfabetizadas independente da capacidade que elas apresentam.

Também é importante discorrer acerca do tema relacionado com as tecnologias, uma vez que a utilização das diversas multimídias em sala de aula proporcionam para a inovação no processo de ensino, porém, os instrumentos tecnológicos por si só, não garantem qualidade dentro dessa nova perspectiva pedagógica, competindo ao supervisor escolar orientar cursos de formação continuada ao corpo docente seguindo os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tendo como objetivo criar propostas de intervenções metodológicas e didáticas que seja capaz de reeducar a prática pedagógica dos professores visando mais

especificamente a melhoria da aprendizagem desde as bases da educação no Ciclo de Alfabetização 1º, 2º e 3º anos do ensino Fundamental.

Considerações finais

Um dos maiores desafios do educador é ensinar um aluno que apresenta dificuldade no processo de aprendizagem seja por motivo patológico ou social. Conseqüentemente, é notável que o governo vem apresentando um gasto sempre muito conciso ao longo da história no sistema de educação brasileira, e paradoxalmente principalmente através de mídia tem vislumbrado resultados extraordinários de que todas as crianças estão tendo as mesmas oportunidades de ensino sendo estas aplicadas através de metodologias inovadoras e diversificadas por parte dos profissionais do ensino. Todavia, sabe-se que o bom desempenho da cada criança tem uma forte ligação tanto com sua estrutura sociocultural quanto com os investimentos que são feitos pelo poder público, ambos estão correlacionados e refletem nos resultados finais da aprendizagem.

Ao se fazer uma breve analogia entre o sistema de educação brasileiro e o sistema de educação norte americano causa uma certa indignação na desigualdade existente entre ambos os sistemas educacionais, pois no Brasil desde os primórdios da fase escolar o aluno é preparado para quando se tornar um cidadão formado o mesmo esteja apto para conquistar um emprego no mercado de trabalho, enquanto que nos Estados Unidos da América desde a infância o aluno é incentivado a atuar como estudante e se tornar um empreendedor no mercado de trabalho. Inclusive o governo americano “copiou e implantou o Programa Bolsa Família”, a diferença está no critério de cobrança dos resultados: no Brasil, para a família receber o benefício a criança precisa apenas frequentar a escolar, enquanto que nos EUA a família só recebe o benefício se a criança apresentar um bom nível de aproveitamento escolar na aprendizagem, caso contrário, não recebe.

Apesar de toda essa discrepância, decisões fazem parte da boa atuação de todo e qualquer profissional. Portanto, saber tomar decisões é um dos requisitos principais que pode envolver o trabalho do supervisor escolar, pois, ele na posição de especialista educacional precisa saber dialogar, decidir e avaliar coletivamente quais as prioridades metodológicas e ao mesmo tempo se propor a criar novas estratégias didáticas para resolução dos problemas a cerca do bom desempenho pedagógico de cada docente. É importante ressaltar que suas decisões não estão

ligadas somente ao fazer pedagógico de cada docente, sua tomada de decisão também envolve componentes emocionais e psicológicos tanto nos educandos quanto nos educadores e certamente irá influenciar no resultado provenientes das escolhas que forem definidas.

Não é difícil constatar a má qualidade da educação no Brasil, contudo é de grande valia para o supervisor escolar diante de tantos problemas na área educacional que ele saiba assumir uma postura otimista e proativa, ou seja, circunstâncias difíceis permeiam o contexto da educação brasileira, porém é preciso enfrenta – lá da melhor forma possível sabendo que dentro das possibilidades, trabalhar a favor da aprendizagem é mais gratificante e produtivo de que apenas apresentar lamentações diante da realidade. Portanto, quanto mais força de vontade a equipe pedagógica tiver em prol dos princípios que regem a prática docente, maior segurança e autonomia haverá na realização de aplicações pedagógicas mais significativas no processo de alfabetização e letramento na base do ciclo de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa – Unidades 1, 2, 3. Brasília: MEC, SEB, 2012.

CABRAL, Ana Catarina dos Santos Pereira; PESSOA, Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves. O Último ano do Ciclo de Alfabetização: Consolidando os Conhecimentos. 2010. Unidade 3 / ano 3.

LEAL, Telma Ferraz; LIMA, Juliana de Melo. Planejamento e Organização da Rotina na Alfabetização, 2010. Unidade 2 / ano 3.

PINTO, Ana Lúcia Guedes; LEAL, Telma Ferraz. Currículo Inclusivo: O Direito De Ser Alfabetizado., 2011. Unidade 1 / ano 3.

Resolução- SEE/MG2197/12.